

*Douglas Sousa Lauletta*

## Entre tributos, tragédias e eleições: o Brasil no limiar de 2026

O Brasil atravessa as primeiras semanas de março de 2026 sob três vetores que se entrelaçam e moldam o debate público: a **intensificação da agenda tributária do governo**, o **desastre provocado pelas chuvas em Minas Gerais** e os **movimentos institucionais que preparam o terreno para as eleições**. Não são temas isolados. Ao contrário, revelam como economia, clima e política caminham juntos num país que entra em ano eleitoral com tensão fiscal, fragilidade ambiental e forte polarização.

### A conta que chega: impostos e estratégia fiscal

Nos últimos dias, o governo federal voltou ao centro das críticas por conta de **novas medidas tributárias e ajustes em alíquotas**, inseridos numa estratégia mais ampla de reforço de arrecadação. Desde o início do mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a equipe econômica tem promovido uma série de alterações na estrutura de impostos e contribuições, sob o argumento de que é necessário recompor receitas, reduzir distorções e sustentar políticas públicas.

Em fevereiro, uma das medidas que mais repercutiu foi a **elevação temporária de tarifas de importação sobre mais de mil itens**, incluindo bens industriais e tecnológicos. A decisão gerou reação imediata de setores produtivos, que apontaram risco de encarecimento de insumos e perda de competitividade. Parte das tarifas acabou revista para produtos considerados essenciais, mas o gesto político já havia produzido seu efeito: reacender o debate sobre o tamanho do Estado e o peso da carga tributária.

Segundo dados da Receita Federal, a arrecadação federal tem batido recordes nominais no início de 2026, refletindo tanto crescimento da base tributável quanto ajustes de alíquotas e revisão de benefícios fiscais. Para defensores da política fiscal do governo, o aumento da arrecadação é indispensável para financiar investimentos sociais e manter a estabilidade das contas públicas. Para críticos, trata-se de um caminho que pode sufocar o setor produtivo e reduzir dinamismo econômico justamente quando o país precisa crescer.



Enchentes matam 45 pessoas e deixam 1089 mil desabrigados no país. Foto: Gil Leonardi / Divulgação

No pano de fundo, segue o debate sobre a regulamentação da reforma tributária aprovada em anos anteriores, que prevê a implementação de um IVA dual (CBS e IBS) e a simplificação de tributos sobre consumo. A transição, embora celebrada como avanço estrutural, ocorre num ambiente de incerteza política e disputa narrativa. Em ano eleitoral, qualquer alteração tributária ganha contornos ideológicos — não é apenas técnica fiscal, mas símbolo de projeto de país.

### Minas Gerais sob as águas: tragédia e responsabilização

Enquanto Brasília discute arrecadação e equilíbrio fiscal, Minas Gerais enfrenta uma realidade mais urgente: as fortes chuvas que atingiram a Zona da Mata e outras regiões do estado, com impactos severos em cidades como Juiz de Fora e Ubá.

Deslizamentos de terra, alagamentos e colapso de infraestrutura deixaram mortos, feridos e milhares de desalojados. Municípios decretaram emergência, e o cenário expôs, mais uma vez, a vulnerabilidade urbana diante de eventos climáticos extremos que se tornaram cada vez mais frequentes no Sudeste brasileiro.

O governo federal anunciou envio de recursos emergenciais, apoio da Defesa Civil e medidas de alívio fiscal, incluindo **prorrogação de prazos para pagamento de tributos federais** a contribuintes das áreas afetadas. No plano local, prefeituras adotaram iniciativas como isenção ou restituição de IPTU para imóveis atingidos.

Mas a tragédia rapidamente assumiu dimensão política. O governo federal e o governador de Minas, Romeu Zema, trocaram críticas sobre investimentos em obras de prevenção, drenagem e contenção de encostas. De um lado, argumenta-se que faltaram investimentos estruturais ao longo dos anos; de outro, sustenta-se que eventos climáticos de intensidade crescente exigem cooperação federativa e planejamento nacional de adaptação climática.

A discussão revela um problema estrutural: o Brasil historicamente investe mais em reconstrução do que em prevenção. O custo humano e financeiro de cada enchente renova a pergunta incômoda — quanto do orçamento público está sendo direcionado para evitar que tragédias previsíveis se repitam?

### Eleições no horizonte: regras, tecnologia e confiança

Em paralelo aos desafios econômicos e climáticos, o sistema político se movimenta para as eleições de 2026. O Tribunal Superior Eleitoral tem publicado resoluções que definem calendário, critérios de propaganda e regras para uso de tecnologias digitais nas campanhas.

Uma das novidades mais debatidas é a regulamentação do uso de inteligência artificial em material eleitoral, tentativa de conter deepfakes, manipulação de imagem e disseminação automatizada de desinformação. A medida é vista como resposta institucional às experiências recentes em que redes sociais e ferramentas digitais desempenharam papel central na polarização e na circulação de conteúdos enganosos.

Além disso, o TSE tem ampliado mecanismos de observação eleitoral e reforçado protocolos de transparência. O objetivo é claro: preservar a credibilidade do processo eleitoral num ambiente ainda marcado por desconfianças e disputas narrativas intensas.

A polarização entre campos políticos permanece como força organizadora do debate público. Embora novas candidaturas e alianças estejam em gestação, o embate ideológico central continua estruturando discursos e estratégias. Em tal contexto, temas como impostos e gestão de crises climáticas deixam de ser apenas questões administrativas e passam a integrar a retórica eleitoral.

*Saulo Santana dos Santos*

## Fatos e Falácias da Economia Brasileira - Estatais

Nos séculos XVIII e XIX, o mundo passava por um turbilhão de mudanças impulsionadas por um processo de destruição criativa massiva chamado de Revolução Industrial. Somente na ilha da Grã-Bretanha, a produção de ferro aumentou em mais de cem vezes entre 1700 e 1840, evidenciando como as novas técnicas e tecnologias de produção influíram profundamente sobre a economia mundial e, claro, na sociedade como um todo, mas os impactos disso foram e continuam sendo extremamente heterogêneos.

No Brasil, por exemplo, a industrialização só começou nos anos 1850, movida pelo capital privado, mas só veio a alcançar patamares de desenvolvimento minimamente significativos nos anos 1930, após o início da Era Vargas e de figuras como Francisco Matarazzo transformarem o Sudeste. Num processo tão complexo, é natural que as explicações dos fenômenos adjacentes estejam enleadas em meio a inúmeras falácias que precisam ser constrangidas em desfavor dos mitos. Por isso, separei as três maiores falácias sobre a industrialização brasileira: (1) o Brasil não é industrializado por causa da concorrência desleal, especialmente internacional, (2) o agronegócio e a industrialização são antagonicos e (3) o mercado e o Estado são dois entes essencialmente antagonicos no processo econômico.

## O Brasil não é industrializado por causa da concorrência desproporcional das multinacionais

Esse mito não é novidade nem para o Brasil, muito menos para o mundo. Em 1815, por exemplo, o Reino Unido enfrentou inúmeras pressões das suas elites agrárias para que fosse efetuado o instituto das Com Laws, qual proibia expressamente a entrada de trigo estrangeiro quando o preço dos grãos estivesse abaixo de uma margem arbitrária; nos Estados Unidos, figuras como Alexander Hamilton vociferavam abertamente sobre a necessidade de impor-se barreiras ao comércio internacional; e na Alemanha, o general e líder do governo

Otto von Bismarck instituiu uma série de tarifas sobre grãos e indústrias no ano de 1879. Não são raros os momentos em que essas tarifas demonstram ter efeitos ambivalentes, geralmente com um salto industrial inicial acompanhado da perpetuação de privilégios que acentuam ineficiências sistêmicas se não revogadas a tempo.

No Brasil, as Tarifas Alves Branco de 1844 foram o pontapé inicial para isso, mas há quem diga que, assim como a industrialização nessa terra, esse debate só começou a ter relevância política significativa já no século XX, especialmente por meio de economistas como Celso Furtado, uma das figuras centrais da CEPAL e, claro, defensor assíduo do modelo de Industrialização por Substituição de Importações, ou simplesmente ISI. Durante a maior parte do século XX, o Brasil adotou uma série de políticas voltadas para o desenvolvimento industrial, seja com Getúlio Vargas, Eurico Gaspar Dutra ou Emílio Garrastazu Médici, demonstrando que a industrialização permaneceu no centro do debate político e, claro, como prioridade do Estado em inúmeros momentos.



## A industrialização no período de 1947-1964

durante os anos entre 1947 e 1964, o Brasil viveu o auge das políticas desenvolvimentistas baseadas no princípio de que, para que haja o florescimento de uma forte base industrial, o Brasil precisaria

se fechar para o mundo e ir às vias de fato com as suas próprias mãos. Esse ímpeto teve início no decorrer dos anos 1930, de quando da Revolução (ou golpe) de 1930, promovido pela Aliança Liberal, qual lançou a figura de Getúlio Vargas ao cargo mais importante do Executivo nacional.

O mundo vinha de um contexto de forte descrença do liberalismo, qual passou a ser associados com a Grande Depressão de 1929. A verdade é que pouco importava se o Federal Reserve, cuja principal função era a de controlar a quantidade de dólares na economia americana, vinha buscando fazer mais do que lhe era devido, expandindo exacerbadamente a massa monetária desde 1924, ano em que o Republicano Hebert Hoover comandava a Casa Branca, acelerando o crescimento econômico às expensas da criação de um processo inflacionário com efeitos distorcivos sobre a alocação intertemporal de recursos. Na verdade, a única coisa que o povo via, sentia e notava era a fome, a falta de empregos e um bode expiatório de “direita”, se é que é possível atribuir esses reducionismos de espectro ideológico à história. Como a bolsa americana era também uma das maiores fontes de riqueza para inúmeras empresas do mundo todo, a crise não tardou a se alastrar por toda a Europa e América do Sul.

Por essa razão que Getúlio não apostou (e talvez nem pudesse) no liberalismo econômico quando, em Outubro de 1930, assumiu o Catete.



Foto do 21º presidente do Brasil, Juscelino Kubitschek.

Em vez disso, aumentou os gastos públicos com infraestrutura industrial, planos de recuperação econômica, tais como a compra de safras de café suficientes para alimentar o mundo inteiro por anos, e, claro, a criação de estatais para impulsionar, com ou sem monopólios, um determinado setor, como os da mineração, da extração de petróleo, da produção de álcool e açúcar, entre outros.

Vargas pode não ter sido precisamente o homem por trás da ISI, mas o seu modus operandi certamente foi precursor dessa prática desenvolvimentista que pautaria o debate econômico brasileiro nas décadas que se seguiriam. Um exemplo disso foi o mandato do ex-presidente Juscelino Kubitschek, o homem responsável por construir Brasília e gerar cinquenta anos de dívida em cinco de mandato, ou algo assim.

Brincadeiras à parte, o mandato do JK foi fortemente marcado pelo intervencionismo estatal, direcionado com o fim de promover, através do Plano de Metas, setores como a infraestrutura rodoviária, a geração energética e a indústria automobilística. Isso tudo, via de regra, exigia um esforço especial por parte do governo,

qual precisava estender o seu alcance para abranger todos os objetivos desejados. Para isso, era preciso capitanear recursos, e o Estado geralmente possui três opções: (1) aumentar a arrecadação, (2) tomar empréstimos ou (3) emitir moeda. Para aumentar a arrecadação, o governo não poderia elevar a alíquota a um ponto demasiado elevado sem que isso desidratasse a sua base de apoio e gerasse fuga de capital, seja através da sonegação, fuga de investimentos (nacionais e internacionais) ou a não criação de novos negócios, pois, conforme Laffer já havia previsto, um aumento na alíquota não necessariamente se reflete como aumento arrecadatório. Restava para o Banco Central, portanto, somente as duas últimas: aumentar a dívida pública ou emitir moeda. O que foi feito? Ambos.

O governo passou a tomar empréstimos extremamente arriscados, indo na contramão das recomendações dos seus principais credores, como o FMI, se tomando um mutuário de risco. Isso fez com que os juros da dívida subissem, pois eles passaram a exigir recompensas maiores para contrabalançar a jogada. Então, visando manter o crescimento artificial da economia, o governo passou a financiar a dívida com emissão de moeda. Para se ter ideia, a inflação média dos anos 1940, no Brasil, foi de 12%, e, em 1964, saltou para quase 90%.

Muitas dessas reverberações na política monetária refletiam o caminho que o Estado brasileiro havia tomado, o de absorver tanto quanto pôde os riscos para fazer prosperarem as empresas nacionais.

Isso se dava de diversas formas, mas as duas principais eram subsídios diretos e indiretos e, claro, protecionismo, afinal as empresas da incipiente cena industrial brasileira não tinham porte para sequer competir de igual para igual com as já há muito consolidadas multinacionais estrangeiras. Apesar do anacronismo, era basicamente comparar a Positivo com a Microsoft, mas, como já dizia o economista francês Frédéric Bastiat, a diferença entre o bom e o mau economista é que somente o primeiro enxerga o que ninguém mais vê.

O que se via, e era estampado como símbolo do grande sucesso do Plano de Metas, eram os saltos estrondosos dos números da indústria nacional, quais realmente eram impressionantes, especialmente para um país periférico. Os agregados da indústria entre 1945 e 1961 eram extremamente otimistas, apontando para um crescimento médio de 6,6% da produtividade laboral, mas tendo se intensificado especialmente após o início do seu mandato. Outros números impressionantes eram os agregados do Produto Interno Bruto, que em média saltou ao ritmo de 7% ao ano. A renda per capita também explodiu no bom sentido, crescendo 4% ao ano, e a produção industrial, em específico, recrudescceu 9% anualmente. O que se via era um país que trabalhava, crescia e se agigantava.



O que não se via, por outro lado, era também aquilo que semeava nas entrelinhas o colapso posterior do modelo. Além da inflação ter subido a quase 90 graus no gráfico da série temporal, a ISI também agravou as desigualdades, consolidando o instituto do privilégio dos grandes industriais e oligarcas já estabelecidos e que, agora, não precisariam mais lidar com a concorrência. Consequentemente, não havia inovação. Pesquisas apontam que 91% das máquinas têxteis no Brasil em 1950 já tinham mais de 20 anos. Isso levava a uma baixa produtividade real, pois, como dados da própria CEPAL indicam, em 1961, somente oito de 90 firmas no setor de máquinas-ferramentas atingiam padrões internacionais. Embora os dados apontem para que a ISI, sozinha, tenha contribuído em quase um terço da industrialização daquele período, isso foi feito perpetuando ineficiências e favorecendo substitutos

domésticos mais caros ou tecnologicamente inferiores, o que pode ter contribuído para manter certos bens de consumo inacessíveis para as classes emergentes, especialmente os pobres. A despeito do aumento do consumo de bens duráveis para a classe média, como automóveis e eletrodomésticos, impulsionada em grande parte pelos subsídios, a produção de bens não-duráveis, como alimentos, cresceu dentro da margem do aumento populacional, sugerindo que não houve mudanças muito significativas nos preços agregados, mas, considerando as disparidades do mercado interno, a inflação, que triplicou nos anos de governo JK, e a falta de infraestrutura, é possível que, num nível mais microeconômico, os impactos reais tenham sido muito mais heterogêneos e especialmente danosos para as comunidades mais carentes e/ou isoladas.



O saldo final do período é claro: o dirigismo estatal na economia brasileira, ao mitigar os custos das grandes empresas nacionais, privatizou os lucros e socializou os riscos, prejudicando significativamente o dinamismo empresarial do mercado interno. Sem ele, não há destruição criativa, e sem isso, as empresas jamais se tornarão competitivas. Esse mesmo problema já foi visto, inclusive, em tentativas anteriores de industrialização forçada, sendo um elemento presente nas histórias da Fundação de Ipanema às Lojas Americanas. Não é coincidência o fato de que, nos períodos em que determinados setores mais se viram privados do risco e constrangidos de competir, a inovação tenha se escasseado a tal ponto que os atavismos se tornaram frequentes.

### **O agronegócio e a indústria: um suposto custo-oportunidade**

Entrementes o final dos anos 1940 e início da década de 1950, dois economistas estruturalista, Raúl Prebisch e Hans Singer, formularam a tese de que, no longo prazo, os termos de troca dos países exportadores de matérias-primas tendem a se deteriorar em relação aos dos países exportadores de manufaturas. Trocando em miúdos, assumindo que os termos de troca implicam o índice de preços das exportações, uma vez que ele sofre uma redução, o país exportador de commodities precisa ampliar o volume das suas exportações para assegurar as margens antigas de lucro. Essa perda do valor unitário da mercadoria agrícola viria, segundo eles, acompanhada de uma valorização das exportações tecnológicas.

Ambos partiam do pressuposto de que, quando ocorre um ganho de produtividade, a disposição dos excedentes auferidos é condicionada ao poder de mercado da firma. Se ela não está lutando para não se afogar na concorrência, se o mercado está oligopolizado, os excedentes são encarados como uma forma de proporcionar quedas nos preços; se, por outro lado, ela navega por cima dessas dificuldades, esses ganhos são convertidos em lucros e aumentos salariais. Esses dois cenários são extremamente comuns no mundo inteiro, mas em recortes conjunturais distintos.

Para eles, fatores como a concorrência internacional intensa e a falta de organização da classe trabalhadora enquanto grupo de interesse ancoravam as sociedades dos países ditos emergentes ao primeiro cenário. Isso fazia as exportações renderem a uma queda contínua dos preços, levando à necessidade estrutural de compensar a perda do valor unitário das exportações com (1) maior volume ou (2) mudança de matriz econômica. Daí surgiu a narrativa de que há um custo-oportunidade entre o agronegócio e a industrialização, popularizado deveras aqui no Brasil por meio de figuras como os economistas Bresser-Pereira e Celso Furtado, fortemente ligados à corrente desenvolvimentista.

Contudo, essa teoria parece encontrar na prática de inúmeros países algumas falhas que obstaculizam a sua credibilidade perante os céticos. Nesse viés, é pertinente ressaltar os exemplos de países como a Islândia, cuja renda per capita excede os US\$86 mil, e que, apesar disso, baseia mais de 40% das suas exportações na exploração de commodities, ou da Austrália, cujo setor primário representa impressionantes 60% do volume de exportações e, mesmo assim, tem uma renda per capita de US\$67 mil. Em contraste, países como o México têm mais de 80% das suas exportações baseadas em bens manufaturados, o que significa dizer que mais de um terço do PIB do México é composto pelo segundo setor. Mesmo assim, a sua renda per capita de US\$11 mil deixa muito a desejar. Há também o exemplo dos Estados Unidos, que conseguiu conciliar um setor primário forte com uma indústria nacional pujante. O mesmo país consegue ser tanto o quarto maior exportador de carne bovina do mundo quanto o pai do Vale do Silício. Isso indica que possivelmente o real nexos causal entre a economia e o desenvolvimento seja mais complexo do que valor agregado, tensionando a narrativa de trade-off.

Mas, antes de dizer como é possível conciliar o desenvolvimento da indústria de bens de capital com o fortalecimento do agronegócio, é necessário clarificar alguns erros na abordagem do modelo Prebisch-Singer. Partindo das ideias trazidas pelo Nobel de Economia Friedrich Hayek, é possível constatar que a maior parte do conhecimento na sociedade se encontra disperso entre os indivíduos.

A tentativa de concentrar os mais diversos saberes acerca das relações de produção da economia esbarra frequentemente nas pretensões organicistas de planificação econômica, resultando em más alocações de recursos escassos com usos alternativos.

Isso é importante para definirmos que existem dois tipos de conhecimentos relacionados à produção: o conhecimento científico e o conhecimento prático. O conhecimento científico está muitas vezes ligado ao entendimento do “porque”, enquanto o conhecimento prático está mais intimamente atrelado ao “como”. Para a produção de bens e serviços, pouco importam os saberes relacionados ao “porque” dos preços estarem se comportando seguindo uma determinada curva ascendente ou declinante. Para Hayek, o que importa para os empresários, capitalistas e operários é entender como isso impacta nas suas expectativas individuais para a consecução das ações planejadas.

Supondo, por exemplo, que o preço do diesel aumente, não é do interesse do caminhoneiro entender que isso se deveu a uma crise de abastecimento causada por uma guerra comercial entre os Estados Unidos e os países da OPEP, basta que ele note que os preços do combustível aumentaram e que ele precisará recalibrar as suas expectativas de produção e consumo. Para o vendedor de grãos, que notará o aumento dos preços logísticos, basta entender que o escoamento da produção pelas vias tradicionais está mais caro e pouco impotará para ele se isso é

causado por uma diminuição da frota de caminhões ou se, no caso, se trata de um aumento do preço do combustível. O conhecimento disperso entre os agentes só é funcional quando ajuda a coordenar expectativas e atitudes corretamente, pois, caso contrário, leva a uma teia de maus investimentos.

A economia de mercado tende a ser eficaz quanto a essa coordenação vide o fato de que, por meio do sistema de preços, é possível determinar o básico das relações de escassez e procura de bens e serviços. Quando o preço do combustível sobe, vale reforçar, pouco importa para o caminhoneiro a razão por trás disso, basta que ele entenda como reagir. Quando o Estado entra no jogo, não mais atuando como mero árbitro, ele geralmente fá-lo intervindo na economia, gerando distorções na percepção da escassez e da demanda desses mesmos bens e serviços. Isso geralmente tende a causar efeitos positivos no curto prazo, mas, à medida que os investidores e poupadores, parafraseando Shakespeare, notam que há algo podre no reino da Dinamarca, os efeitos distorcivos são corrigidos através de uma recessão proporcional.

Quando o Brasil, no ápice das políticas desenvolvimentistas, interviu massivamente na economia para provocar o aumento do PIB e fomentar o desenvolvimento de um sólido setor industrial, nos anos 1970, viu-se um crescimento chinês superior a 10% ao ano, impulsionado mais pela expansão da

da oferta de capital físico via infraestrutura do que pela destruição criativa, preservando atavismos tecnológicos e causando inflação. O resultado direto foi a década perdida de 1980, quando houve a maior crise de hiperinflação da história da Ilha de Vera Cruz.

Outra questão é que o modelo de Prebisch-Singer não prevê a heterogeneidade do capital. Seguindo a tradição de Carl Menger, Hayek argumentou que o capital é heterogêneo e que a sua composição se divide, essencialmente, em bens de capital e bens de consumo. Reaproveitando a tese de David Ricardo, qual dizia que a taxa de juros determina a viabilidade de se contratar funcionários em relação à aquisição de maquinário industrial, o austríaco articulou que o juro da moeda, determinado pela relação entre a oferta de moeda em poupança e a demanda por crédito para investimento, funciona como uma espécie de termômetro para a alocação intertemporal de recursos, tendo em vista que, quanto mais distantes do consumo final, mais tempo se faz necessário para a aquisição de lucros sobre o capital.



Pintura do David Ricardo



Portanto, em tempos onde há muita demanda por investimentos em relação à oferta de poupança disponível para empréstimos bancários, os juros tendem a subir, causando efeitos alocativos na economia. Dessa arte, os empresários notam que não vale a pena investir em bens de capital, pois os retornos líquidos são de

de longo prazo, aumentando o risco moral. Por outro lado, investir em bens de consumo se torna mais atrativo para aqueles indispostos a correr riscos.

Dessa forma, é possível contestar a tese de Prebisch-Singer alegando que a queda sistemática dos preços unitários das commodities não necessariamente

possuem um vínculo mais estrutural do que a percepção de riscos dos investidores para a realização de investimentos de longo prazo (indústrias de modo geral) em relação aos investimentos de curto prazo (extrativismo de modo geral). Mas ainda existem outras questões.

Imagine um lápis qualquer, um daqueles com uma borracha em cima. Ele, sozinho, é o resultado de uma quantidade inenarrável de interações humanas. Inúmeros indivíduos coordenaram espontaneamente as suas ações ao redor do mundo inteiro de modo que fosse possível a sua confecção, a despeito da sua incapacidade de planejar centralmente todas as relações de produção envolvidas no processo. Muitas dessas pessoas, para não dizer a maioria, sequer se conhecem e provavelmente se odiariam se se conhecessem. Entretanto, através do sistema de preços livres, que lhes indicou possibilidades de como agir diante de uma conjuntura que eles sequer conheciam as causas e que se modifica a todo tempo, tornou-se possível que bens de alto valor agregado, como tratores e escavadeiras de mineração, estivessem agindo conjuntamente com os machados dos madeireiros. Num só lápis, percebe-se que um

conjunto inestimável de conhecimentos úteis foram empregados por meio de uma ordenação espontânea de pessoas que não conheciam todas as possíveis destinações para o seu trabalho. Por isso, mesmo sendo notável a relação entre a conjuntura macroeconômica e os incentivos para realizar investimentos de determinada natureza, isso não significa que para produzir bens de capital não tenha havido o emprego de bens de consumo e vice-versa.

Portanto, não é errôneo afirmar a existência de um setor, por assim dizer, agroindustrial. Dados do IBGE e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) sugerem que, desde os anos 2000 até 2023 o número de frotas agrícolas, compostas em geral por tratores e colheitadeiras, aumentou de cerca de 820 mil no início do período para mais de um milhão e trezentos mil no último ano. Isso representa um salto de cerca de 480 mil novos tratores, e mesmo que muitos não tenham sido produzidos nacionalmente, surtiram efeitos significativos na dinamização do setor primário. Além disso, outras pesquisas apontam que o mercado de bio-insumos industriais já tem uma participação robusta de empresas brasileiras de 82%, mostrando que parte do capital industrial se volta diretamente ao suporte tecnológico do primário. Apesar disso, o risco moral, gargalos de infraestrutura e depreciação do valor da moeda tem limitado o desenvolvimento do setor, o que nos leva à...

### Falsa dicotomia: Estado vs. Mercado

Um dos maiores mitos da economia moderna é o falso dilema entre o liberalismo e o desenvolvimentismo. Ambas as políticas, se bem planejadas, podem servir de complemento uma à outra, e é isso que a maioria dos políticos e ideólogos tendem a fracassar em entender. Para eles, ou se é libertário ou se é nacionalista, não existe meio-termo ou conciliação. No entanto, isso não poderia estar mais errado a nível prático, e para provar esse ponto não há nada melhor do que buscar refúgio empírico na industrialização de alguns países ao redor do mundo, como a Alemanha.

### A Prússia e o Segundo Reich

Antes mesmo da Revolução Industrial começar, em 1713 a Prússia já maquinava um rearranjo institucional profundo com a ascensão de Frederico Guilherme I ao trono. Ele herdou um país frágil recém-elevado ao status de reino pelo pai em 1701. Soma-se a isso a dispersão dos territórios prussianos aquém e além das fronteiras do Sacro Império Romano Germânico. Devido a isso, era extremamente difícil administrar todas as possessões territoriais e, talvez por causa disso, as elites locais tenham conseguido granjear enorme influência.

As principais elites eram conhecidas como Junkers, o equivalente alemão aos coronéis do Brasil: eles eram latifundiários que gozavam de enorme autonomia administrativa sobre as terras e os servos. Isso obstaculizava o desenvolvimento de uma burguesia funcional, dado que o capital, embora privado, estava extremamente concentrado em poucas mãos e pouco circulavam verticalmente na economia. Tais limitações tornavam cristalinas as cisões que faziam da sociedade prussiana tão hermeticamente estratificada. Ademais, as cortes eram extremamente extravagantes, visto que a realeza se espelhava na grandeza de Luís XIV da França, levando a uma pressão orçamentária que, em decorrência da evasão fiscal, nem sempre era atendida pela arrecadação tributária, levando às dívidas e à inflação.

Tendo assumido em 1713, Frederico Guilherme I, o “rei sargento”, era conhecido por sua austeridade e foco militar, o que norteou a maioria das suas reformas institucionais.

Nesse contexto, foi criado o Diretório Geral de Guerra e Finanças (1713), unificando a administração fiscal e militar num único órgão. Essa medida, no longo prazo, se tomou decisiva, pois tomou possível a coordenação em larga escala de investimentos públicos em setores estratégicos. Outras medidas, de cunho mais autoritário, foram na direção do absolutismo, pondo a figura do rei na posição de impor deliberações à revelia dos interesses locais, representados pelos



Junkers, usando o Exército para suprimir eventuais revoltas. Esse conjunto de medidas ajudou a consolidar um Estado soberano e centralizado, conferindo maior robustez às instituições domésticas.

Ele também foi o responsável por diminuir em três quartos os gastos da corte, bem como introduzir impostos sobre terras nobres (anteriormente isentas), aumentando, sozinhos, em mais de 50% o orçamento do governo nos primeiros anos. Fortalecidos os cofres públicos, direcionou parte desse dinheiro para aumentar os gastos militares. O rei expandiu o número de soldados em 50 mil unidades, obrigou os filhos dos Junkers a servir, integrando-os à hierarquia real em troca de privilégios individuais. Esse conjunto de reformas transformou essas elites aristocrático-extrativistas em uma elite burocrático-meritocrática, assegurando um certo nível de funcionalidade, já que elas não mais operariam sob a lógica da

espoliação generalizada.

No ponto de vista social, ele também não deixou nada a desejar. O rei incentivou a imigração de cerca de 20 mil huguenotes franceses, introduzindo tecnologias avançadas às principais indústrias da época. Além disso, como o sucesso econômico era tido como prova de eleição divina, a “ética protestante”, uma vez que promovia a racionalidade e a disciplina laboral, fomentou o surgimento do “espírito capitalista”. Houve também a abolição da servidão em domínios reais e a construção de mais 750 escolas primárias.

Não houve, em momento algum, a criação de incentivos permanentes à indústria nascente, mas, muito pelo contrário, o Estado focou na modernização do seu aparato burocrático, na subordinação das suas elites à disciplina militar e nas externalidades

que compreendem a educação e a infraestrutura públicas. Uma prova do vanguardismo dele é o fato de que a maioria das reformas adotadas *ex post facto* foram continuidades do processo por ele iniciado. Frederico Guilherme II, por exemplo, em seu *Allgemeines Landrecht* (1794), avançou consideravelmente o processo de codificação das leis, conferindo maior previsibilidade jurídica para o Estado.

Para desenvolver a manufatura, foram aplicadas reformas econômicas “liberalizantes”, por mais anacrônico que seja o termo, como a redução dos impostos à população comum e a extinção de alguns monopólios estatais, como os que vigoravam em setores como o do café, do tabaco e do açúcar. Ele também aumentou alguns impostos, como sobre cerveja, açúcar e farinha, assegurando o compromisso com a estabilidade das contas do governo. Investimentos em infraestrutura se tornaram comuns durante o seu reinado, assim como a redução de taxas alfandegárias, tomando a atividade comercial mais pujante.

Mesmo assim, é válido salientar que, apesar dos avanços incontestáveis entretidos nos séculos XVIII e XIX, o setor público ainda era predominante na economia. Os Estados estavam erigindo paulatinamente as instituições que, mais tarde, direcionariam ao liberalismo de *laissez-faire*, e que até então ainda não existia. Como o setor privado ainda estava atrofiado na Europa, os países pioneiros na Revolução Industrial direcionaram o investimento público para o empoderamento dos empresários da iniciativa privada.

Já no reinado de Frederico Guilherme III, a Prússia passou por um intenso processo de reformas, especialmente entre 1806 e 1815. Elas foram motivadas pela derrota sofrida pela Prússia durante as Guerras Napoleônicas, especialmente em decorrência das duras concessões impostas sobre ela no Tratado de Tilsit. As políticas pró-mercado foram aprofundadas nesse período, como através da abolição da servidão em 1807 e a unificação de tarifas internas já em 1818.

Além disso, começou-se a ver os primeiros rascunhos de protecionismo à indústria, com taxas que variavam entre 10% e 30% sobre bens de consumo e manufaturas importadas, com a contrapartida de afrouxar as rédeas das guildas e agilizar a burocracia. Isso promoveu o mercado interno, não os competidores internos – algo que deveria servir de lição para o Brasil, mas vem sendo sistematicamente postergado devido ao que o economista Fernando de Holanda Barbosa chama de “flagelo da economia do privilégio”.

Os efeitos da unificação de mais de 60 tarifas e de outras reformas foram o aumento de 20-30% da produtividade industrial. A integração econômica, combinada com a liberdade de indústrias (*Gewerbefreiheit*, de 1810-1811), que afrouxou os monopólios estatais ainda existentes, resultou no aumento da competitividade do mercado interno. Na Renânia, região próxima à fronteira com a França, por exemplo, as fábricas têxteis e de máquinas expandiram de 15-25%.



Quando do auge da unificação aduaneira, promovida pelas Zollvereine de 1834, qual aboliu tarifas internas, proibições de importação e exportação e inspeções fronteiriças entre os 30 milhões de alemães que compunham o mercado comum que fora aberto, a economia passou a crescer absurdamente. Na região de Baden, por exemplo, devido ao investimento de empresários suíços houve um recrudescimento de 20-30% no emprego industrial em áreas próximas. Além disso, a integração econômica serviu como um pilar, junto à relativa homogeneidade cultural e étnica dos povos germânicos, em favor da unificação definitiva, selada já em 1871 com o fim da Guerra Franco-Prussiana.

A industrialização brasileira é um processo longo, complexo e palco de uma diversidade inenarrável de perspectivas distintas. Isso cria palco para todos tipos de fatos (e falácias) sobre o desenvolvimento histórico da economia nacional, bem como os rumos que a mesma deverá tomar nos próximos anos. Isso se torna especialmente importante em relação ao *zeitgeist* que acompanha 2026: as eleições para Presidente da República. Muitas serão as propostas de caminhos – do liberalismo *laissez-faire*, passando pelo desenvolvimentismo e beirando o socialismo à soviética. Algumas envoltas de dados e estatísticas, outras de narrativas simplistas e emocionadas, mas a maioria cercada de meias-verdades, fatos deslocados e distorcidos, números convenientes com interpretações criadas em favor de uma narrativa ideológica, uma agenda política ou um projeto de poder pessoal.

## Conclusão:

Por isso, distar as verdades dos mitos é um trabalho tão importante. Ao longo dessa coluna, espero ter sublinhado alguns dos mitos que julgo mais relevantes na contemporaneidade acerca do tema e fornecido uma narrativa convincente que convença o leitor mais assíduo não a concordar de imediato comigo, mas a contestar as próprias verdades e fortalecer o debate público, pois é isso que dá fôlego à democracia. Para todo fim, é possível dizer que “Ideias, e somente ideias, podem iluminar a escuridão. As boas ideias devem ser levadas às pessoas de tal modo que elas se convençam de que essas ideias são as corretas. [...] Todos os meios de poder político e econômico são irrelevantes; só as ideias podem vencer outras ideias. Devemos combater as ideias ruins com ideias melhores.” (Ludwig von Mises)

Ryan Cechella

## GEOPOLÍTICA INTERNACIONAL: Irã

Recentemente, houve várias manifestações no Irã que ocorreram no início de 2026, resultado de uma crise econômica que atingiu a nação, mas conforme ocorria essas manifestações, deixou de ser apenas por conta da crise e se transformou em manifestações contra o regime teocrático iraniano. O regime iraniano retaliou essas manifestações com violência, matando cerca de aproximadamente 43 mil pessoas. Isso gerou repercussão internacional e também diversas imagens e vídeos mostrando a insatisfação popular, com isso, o governo iraniano bloqueou a internet, impedindo o envio de novas informações sobre essas manifestações e dados mais confiáveis sobre o número



de mortos e feridos.

O Irã (que antigamente tinha o nome de Pérsia) era um aliado do Ocidente, mas quando houve a Revolução Islâmica, virou um inimigo. Com a queda da Monarquia Persa em 1979, o Ayatollah Khomeini assumiu, e transformou a Pérsia em uma nação teocrática islâmica. O Ayatollah declarou os Estados Unidos como o “Grande Satã”, e com isso, gerou a crise dos reféns em Teerã em 1980, onde cidadãos estadunidenses foram feitos de reféns por estudantes fanáticos da Revolução Islâmica, e também ocorreu a Guerra Irã-Iraque no mesmo ano. Na Guerra Irã-Iraque, os Estados Unidos e a União Soviética apoiaram o Iraque de Saddam Hussein contra o regime do Ayatollah, porém, o governo estadunidense vendeu armas para o Irã secretamente, e utilizaram o dinheiro para financiar os guerrilheiros “Contras” na Nicarágua, esse episódio ficou conhecido como “Caso Irã-Contras”.

Após os ataques do dia 11 de setembro de 2001, o presidente George W. Bush declarou o “Eixo do Mal” que eram nações patrocinavam o terrorismo, sendo eles: Iraque, Irã e Coreia do Norte. Com a presença do Irã como estado que patrocinava o terrorismo, isso ascendeu ainda mais as tensões entre as duas nações. O Irã nos últimos anos apoiou grupos terroristas xiitas no Líbano e no Iêmen, esses grupos terroristas xiitas tem uma rivalidade contra o Estado de Israel, e o Irã utilizou destes grupos para atacar indiretamente seu inimigo histórico.

Nestes últimos dias ocorreram ataques por parte dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã, o objetivo desses ataques é impulsionar tomada do poder pelo povo iraniano. Esses ataques neutralizaram a liderança do regime iraniano, incluindo o próprio Ayatollah Khamenei, o ministro da defesa, e o comandante da Guarda Revolucionária Islâmica. Pelo menos 555 pessoas morreram nestes ataques até agora, e apesar da morte do Ayatollah, o regime iraniano ainda se mantém de pé, e por agora sem nenhuma instabilidade interna.

O Irã já retaliou esses ataques, atacou o Estado de Israel e também bases estadunidenses localizadas em: Catar, Kuwait, Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Omã, Arábia Saudita e Iraque.

Ainda não é o fim do regime iraniano, visto que os Estados Unidos não tem intenções de invadir a nação por terra, mas esta opção ainda não foi descartada. O Irã também está “convocando” grupos terroristas xiitas que financia.